



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

JOSIANE NEVES DA SILVA

**OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
ASSIS/SP**

**ASSIS/SP
2023**



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

JOSIANE NEVES DA SILVA

**OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
ASSIS/SP**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA, como requisito do curso de graduação em Administração.

Orientanda: Josiane Neves da Silva

Orientador: Prof. MS. João Carlos da Silva

**ASSIS/SP
2023**

Silva, Josiane Neves da

S586d Os desafios da agricultura familiar no município de Assis - SP
/ Josiane Neves da Silva. -- Assis, 2023.

34p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração) -- Fundação Educacional do Município de
Assis (FEMA), Instituto Municipal de Ensino Superior de
Assis (IMESA), 2023.

Orientador: Prof. Me. João Carlos da Silva.

1. Agronegócio. 2. Agricultura familiar. 3. Produtores rurais.
I Silva, João Carlos da. II Título.

CDD 633

JOSIANE NEVES DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador:

Examinador:

**Assis/SP
2023**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus amados pais, bem como aos meus distintos avós, em especial ao meu avô materno, que me ensinou o valor inestimável da terra, uma lição que sempre carregarei em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, *In memoriam*, Agradeço meu amado pai, Elói Joaquim da Silva, por todos os momentos que esteve ao meu lado, por sua dedicação e exemplo como profissional, amante da busca constante pelo conhecimento, lapidando as pedras no caminho junto com a sua companheira nossa Mãe.

Nesta expressão de gratidão, não posso deixar de mencionar minha mãe, Ivonete Cristina Neves, cujo apoio incondicional e encorajamento constante foram alicerces sólidos para que eu trilhasse a estrada do saber e buscasse o melhor para minha jornada terrena.

Agradeço à toda minha família e amigos, que estiveram ao meu lado durante toda a jornada acadêmica, oferecendo apoio emocional e incentivo. Seus encorajamentos foram a força motriz que me manteve focado em alcançar este objetivo.

Também presto meus votos de agradecimento ao orientador João Carlos da Silva, pela orientação, paciência e valiosas contribuições ao longo de todo o processo de pesquisa. Suas sugestões e críticas foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

A todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram com a realização deste trabalho, mesmo que não estejam mencionados aqui. Seu apoio foi fundamental.

Por fim, agradeço ao Pai Celestial, que me conduziu até o presente momento, por me conceder saúde, perseverança e sabedoria para enfrentar os desafios ao longo dessa jornada acadêmica.

Que este trabalho possa contribuir de alguma forma para o conhecimento na área e para a sociedade em geral.

Muito obrigado a todos!

Josiane Neves da Silva

*“Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio
tiver poluído, quando o último peixe for pescado, vocês vão
entender que o dinheiro não se come”*

Alanis Obomsawin

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é realizar uma análise detalhada da agricultura praticada por pequenos grupos na região de Assis/SP, com especial enfoque na garantia da subsistência familiar e na comercialização dos produtos no mercado local. Para embasar a investigação, serão utilizadas fontes literárias relevantes, cuja análise crítica contribuirá para enriquecer o debate acadêmico, ressaltando a importância dessa forma específica de produção agrícola e examinando sua relação com as políticas públicas vigentes, as quais podem ter impactos positivos ou negativos no seu desenvolvimento. A estrutura do trabalho foi organizada em capítulos, tendo o primeiro deles um histórico da agricultura familiar no Brasil, a fim de contextualizar sua evolução ao longo do tempo. Essa revisão histórica é fundamental para compreender as mudanças e desafios enfrentados por essa atividade ao longo das décadas. Em síntese, esta pesquisa busca compreender a relevância da agricultura familiar para a subsistência local, destacando suas particularidades em comparação com o agronegócio. Ao focar na região de Assis/SP, almeja-se obter um entendimento mais aprofundado dos aspectos específicos e do impacto dessa atividade agrícola nesse contexto geográfico particular. Ademais, a análise das políticas públicas relacionadas à agricultura, fortalecer e valorizar essa forma de produção agrícola no contexto mais amplo da economia e sociedade brasileira. Desse modo, o estudo tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento sustentável e a valorização dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Sustentabilidade. Produtor Rural.

ABSTRAC

The central objective of this research is to conduct a detailed analysis of agriculture practiced by small groups in the Assis/SP region, with a special focus on ensuring family subsistence and the commercialization of products in the local market. To support the investigation, relevant literary sources will be utilized, and their critical analysis will contribute to enriching academic discourse, emphasizing the significance of this specific form of agricultural production and examining its relationship with current public policies, which may have positive or negative impacts on its development. The structure of the work has been organized into chapters, with the first one providing a historical overview of family farming in Brazil, aiming to contextualize its evolution over time. This historical review is fundamental to understand the changes and challenges faced by this activity throughout the decades. In summary, this research seeks to comprehend the relevance of family farming for local subsistence, highlighting its peculiarities in comparison to agribusiness. By focusing on the Assis/SP region, the goal is to gain a deeper understanding of specific aspects and the impact of this agricultural activity in this particular geographical context. Furthermore, the analysis of public policies related to agriculture aims to strengthen and value this form of agricultural production in the broader context of the Brazilian economy and society. Thus, the study aims to contribute to sustainable development and the valorization of family farmers.

Keywords: Family Farming. Sustainability. Rural Producer.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- **PAA** – Programa de Aquisição de alimentos.
- **PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura.
- **PROVAP** – Programa de Valorização de pequena Produção Rural.
- **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- **FAO** – Organizações das Nações Unidas – Para Agricultura e Abastecimento
- **MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- **INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- **FICAR** - Feira Industrial e Agropecuária de Assis e Região
- **SENAR** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- **SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- **EES** - Empreendimento de Economia Solidária
- **SEAMA** – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- **APTA** – A Agência Paulista de Tecnologia para Agronegócios
- **EDA** – O Escritório de Defesa Agropecuária
- **CATI** – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- **APROA** - Associação dos Produtores Orgânicos de Assis e Região

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. I - BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	14
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PARCERIA NECESSÁRIA	33
3. II - AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSIS E REGIÃO: REALIDADE E POSSIBILIDADES	234
3.1 ORGANIZAÇÃO ATUAL DE ASSIS COM RELAÇÃO AO SETOR RURAL	29
CONCLUSÃO	311
REFERÊNCIAS.....	322

1. INTRODUÇÃO

Agricultura familiar e Agronegócio podem ser vistas como faces opostas de uma mesma moeda que impulsionam, cada uma a seu modo, a economia de um país.

O conceito de agricultura familiar é alvo de intensos estudos que procuram definir como se dá e qual a origem dessa atividade, as pesquisas desenvolvidas têm em comum o apontamento de alguns fatores que nos ajudam a entender a classificação que se dá ao termo agricultura familiar.

Entre os fatores comuns às diversas pesquisas temos estudos que salientam as diferenças entre latifúndios de monoculturas e minifúndios com cultivos diversos, cujo objetivo não é se caracterizar como agronegócio, mas antes se enquadrar como uma espécie de agricultura de sobrevivência, de um grupo social extenso que depende de políticas públicas para sua real inserção e manutenção enquanto fator econômico.

Nesse sentido, nosso trabalho terá como recorte a agricultura praticada por pequenos grupos ou mesmo apenas por indivíduos, com propósito de garantir a subsistência de uma comunidade familiar ou de atender a um pequeno mercado local. Ainda mais, nosso recorte atenderá ao estudo da região da cidade Assis/SP e seu entorno, procurando entender como se dá a prática dessa atividade dentro desse território.

No decorrer deste trabalho, serão utilizadas fontes literárias relevantes que abordam a agricultura familiar, bem como estudos específicos sobre a região de Assis/SP e seu entorno. A análise crítica dessas fontes permitirá uma compreensão mais abrangente da prática da agricultura familiar nesse território, enriquecendo o debate acadêmico e contribuindo para a valorização e fortalecimento dessa importante forma de produção agrícola. Além disso, será investigada a relação entre essa prática e as políticas públicas vigentes em nosso país, buscando compreender a dependência dos pequenos agricultores em relação a tais políticas e como estas podem incentivar ou desestimular seu desenvolvimento.

Assim, dividiremos nosso trabalho conforme segue: Capítulo um - Breve histórico do desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil - Nesse capítulo faremos um levantamento sucinto da construção e desenvolvimento do conceito e prática da agricultura familiar no Brasil, observando como se deu a evolução dessa atividade. Capítulo dois - Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma parceria necessária. Nesse capítulo faremos uma breve leitura sobre as relações existentes entre esses dois temas,

buscando entender qual a relevância da implementação de iniciativas políticas voltadas para esse setor. No capítulo três – Agricultura Familiar em Assis e região: realidade e possibilidades – teremos um olhar para a região da cidade de Assis/SP e seu entorno, procurando indícios que nos permitam entender como a agricultura familiar se desenvolve nessa região e quais são as perspectivas futuras para essa prática na região em foco. Por fim, nas considerações finais, faremos uma síntese reflexiva sobre os dados estudados que possam ajudar a entender como se dá a prática da agricultura familiar em nossa região.

2. I - BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura é entendida como o conjunto de técnicas e práticas para cultivar plantas a fim de obter alimentos, energia, matéria-prima, energia, etc.

De acordo com Mazoyer e Roudart, (2010) discutem que a origem da agricultura se deu no período neolítico, há mais de dez mil anos, quando ocorreu uma autotransformação dos sistemas de predação pelo ser humano primitivo. Assim, quando o homem deixa de ser nômade para ser sedentário, se fixando em terras próximas a aluviões e vazantes dos rios, foi possível desenvolver a atividade da agricultura. Outros fatores que colaboraram com a evolução da agricultura foi o desenvolvimento de ferramentas para coleta e armazenagem.

Segundo Lima et al. (2019) dialoga que a partir dos centros iniciais de fomento da agricultura, como Oriente Médio, América Central e China, onde a humanidade passou a dominar e aprimorar as técnicas de cultivo, domesticando animais e fazendo-se do uso desses animais para tração, incorporados ao processo produtivo, a agricultura se fortaleceu como geradora de alimentos e mantenedora da sociedade.

A evolução e o fortalecimento da agricultura na sociedade humana fomentaram um processo de alta fixação das populações nas áreas cultiváveis, ocasionando em um aumento populacional acelerado e maior demanda de terras. Oliveira Júnior, 1989, apontou que as respostas às demandas de terra e alimento foram dadas em formas de guerras e disputas, assim como migrações populacionais. Nesse cenário de alta fixação, criação animal, grande produção de alimentos e delimitação de propriedade privada, o feudalismo se instaura e o uso da terra passa a se basear em domínio econômico (OLIVEIRA JÚNIOR, 1989).

Com o passar do tempo e o surgimento do capital, a mudança no sistema de produção (para o capitalismo) emergiu em uma ampliada divisão social do trabalho. Todavia, o intenso desenvolvimento populacional, do comércio e indústrias geraram insuficiências econômicas e alimentares, assim como a segregação social cada vez mais evidenciada (LIMA et al., 2019).

Avançando ainda mais na história, após entender o sedentarismo do homem, fixação em terras cultiváveis, aprimoramento das práticas de agricultura, desenvolvimento da sociedade, transição do feudalismo para o capitalismo, entramos na Era das Revoluções.

As mudanças advindas da Revolução Industrial afetaram também o campo. A Primeira Revolução Agrícola iniciou-se na Europa no século XVIII e perdurou até metade do século XX. A característica mais marcante da Primeira Revolução Agrícola foi o desenvolvimento de novos equipamentos (como ceifadeiras, debulhadoras e batedeiras), criação de fertilizantes naturais (uso de esterco) e inserção de leguminosas para nutrição animal (LIMA et al. 2019).

A Segunda Revolução Agrícola aconteceu após a Primeira Guerra Mundial, marcando o processo de consolidação da industrialização da agricultura, provenientes dos avanços tecnológicos fomentados pela Primeira Guerra. Indústrias químicas e mecânicas com produção de insumos em massa, maior capacidade de armazenamento e conservação de produtos, ampliação do mercado de importação e exportação são características intrínsecas da Segunda Revolução Agrícola e reflexos da Primeira Guerra Mundial (LIMA et al., 2019).

Contudo, os processos revolucionários aconteceram de maneiras diferentes pelo mundo, promovendo as desigualdades regionais contemporâneas. Ademais, a colonização das Américas, África, Ásia e Oceania contribuiu exponencialmente com as desigualdades regionais. Nas colônias de exploração de terras, principalmente a América (por seus solos mais cultiváveis), foram implementados os sistemas de *plantations*, se utilizando do trabalho de mão de obra escrava (sejam de escravos trazidos de países da África, sejam de escravos nativos das terras exploradas). As *plantations* eram monoculturas com objetivo final de exportação para Europa (LIMA et al., 2019).

No Brasil, teve um significativo avanço na estruturação econômica e social durante o período colonial e pós-colonial. Os *plantations* foram estabelecidos principalmente para a produção de culturas como cana-de-açúcar, café, cacau e algodão, porém ressaltamos que os *plantations* de cana-de-açúcar eram caracterizados por grandes propriedades rurais e utilizavam mão de obra escrava em condições extremamente desumanas.

No século XIX, o café emergiu como uma cultura dominante nos *plantations* brasileiros. As regiões do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, e do Oeste do Paraná foram marcadas pela expansão dos *plantations* de café. Grandes propriedades rurais, conhecidas como fazendas de café, foram estabelecidas, e o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho assalariado em grande escala de imigrantes, principalmente italianos e japoneses.

A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a exploração intensiva de mão de obra contribuíram para a formação de desigualdades regionais e sociais que persistem até hoje.

Apesar de terem sido fundamentais para o desenvolvimento econômico do país, os sistemas de plantations também deixaram um legado de exploração, desigualdade e degradação ambiental. A transição para modelos agrícolas mais diversificados e sustentáveis tem sido uma busca constante para superar esses problemas e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável no campo brasileiro.

De fato, a exploração latifundiária das colônias europeias, e especificamente a exploração no Brasil, não tinha como prioridade o abastecimento dos membros da colônia, assim, homens livres (escravos libertos -negros, índios e mestiços- e brancos imigrantes que não eram senhores) ocupavam pequenos pedaços de terra e se mantinham com a agricultura. Sobre isso, Silva (1984, pg. 9), debate:

O latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: Os senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços, e desempenhavam uma série de atividades. [...]. Outros ainda eram agricultores, ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos.

Dessa maneira, entende-se que a pequena propriedade produtiva vem a fim de sustentar a colônia de exploração e se inicia o movimento da pequena propriedade e agricultura familiar no Brasil.

A agricultura familiar geralmente é definida como uma prática agrária desenvolvida por pequenos grupos, geograficamente próximos, com objetivo de prover a alimentação básica de uma pequena comunidade. No entanto, ao longo do nosso processo civilizatório, esse conceito precisou se alargar para abranger uma nova perspectiva, que encara a prática da agricultura familiar como uma vertente econômica que pode influenciar no cenário mercantil de uma determinada região. Conforme cita Silva e Jesus,

O processo de formação do campesinato dentro de um contexto histórico de formação do Brasil rural, junto ao processo de modernização da agricultura a partir da década de 1950, e mais recentemente os processos de globalização deflagrado nos anos 1990, tem trazido ao cenário atual mudanças nos padrões de funcionamento das unidades produtivas de base familiar, assim como a relação dessas

unidades com a economia e com a sociedade. Essas mudanças apresentam-se para uma parte dos agricultores como forma de resistência ao processo de modernização e ao agronegócio, e para outros como uma forma de adaptação ao processo de globalização. Em ambos os casos, o processo proporciona aos agricultores uma permanência, ainda que precária, no campo. (SILVA & JESUS, s.d. p4).

Como podemos perceber na citação acima, o desenvolvimento agrário familiar no Brasil ocorre dentro de um contexto histórico que considera diversos fatores internos e externos ao nosso país, fatores estes que vão desde os processos de industrialização nacional até as relações econômicas globais que englobam diversos países.

Essa análise destaca a importância de compreender as dinâmicas complexas e multifacetadas vivenciadas pelos agricultores familiares diante dos processos históricos e contemporâneos. A resistência e a adaptação são estratégias adotadas pelos agricultores para enfrentar os desafios e preservar sua presença no meio rural.

Ao considerar a permanência dos agricultores familiares no campo, é essencial pensar em políticas e práticas que valorizem e fortaleçam essa forma de produção agrícola. O reconhecimento das especificidades e necessidades dos agricultores familiares, bem como o apoio às formas de resistência, inovação e diversificação produtiva, podem contribuir para garantir a sustentabilidade e a continuidade dessas unidades produtivas.

Em suma, a compreensão do processo de formação do campesinato, as mudanças ocorridas na agricultura familiar e as estratégias adotadas pelos agricultores diante da modernização e globalização são fundamentais para promover a permanência e a resiliência desses atores no campo brasileiro.

É importante ressaltar, entretanto, que o desenvolvimento da agricultura familiar, apesar de sua importância econômica e social, está estreitamente vinculado a processos históricos e implementação de políticas públicas, o que a torna dependente, tanto em conceituação quanto em permanência.

A situação em que se expressa a agricultura familiar na atualidade, no caso brasileiro, é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas ...essas transformações começam a ser destacadas na década de 1950, a partir da instalação, no Brasil, de indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos), o Governo montou inúmeros aparatos para incentivar o uso dessas tecnologias. Surge a partir daí a "revolução verde" modelo que preconizava a modernização da agricultura que só veio a se efetivar nos anos 60. (IDEM, p 6-7).

Podemos afirmar a partir das reflexões que aqui apontamos que a agricultura familiar é uma prática que se diferencia do agronegócio. Ela se destaca por ser localizada geograficamente e atender a um público específico, além de ser composta por propriedades administradas por grupos familiares. Ao contrário do agronegócio, essa prática ainda é vista pelos grandes bancos e órgãos governamentais como uma atividade que não possui um grande potencial econômico e não é considerada uma concorrente dos grandes produtores.

Contudo, a agricultura familiar é de extrema relevância Brasil, especialmente no interior de São Paulo, pois se dá quando as famílias que vivem em áreas rurais trabalham juntas para produzir alimentos, garantindo que todos tenham comida suficiente, além de trazer outros benefícios para toda a situação socioeconômica do país.

A agricultura familiar ajuda a garantir que todos tenhamos comida de qualidade. Os agricultores familiares cultivam muitos tipos de alimentos, como frutas, verduras, leite, carne, ovos e cereais. Esses alimentos estão livres de agrotóxicos, por não serem produzidos em larga escala e chegam mais rápido até as cidades, através de feiras livres, por exemplo, uma vez que vão diretamente do produtor até o consumidor final, sem precisar serem armazenados e transportados em larga escala.

Entre outras vantagens dessa modalidade de agricultura, também é uma forma de geração de renda e no interior de São Paulo encontramos muitas famílias que dependem da agricultura para viver, assim quando os agricultores conseguem ganhar dinheiro no campo, eles não precisam deixar suas terras e ir para a cidade em busca de trabalho. O cuidado com o meio ambiente também passa a exercer um papel de suma importância, uma vez que ao depender da terra para produzir e obter renda, os agricultores familiares cuidam da terra de um jeito especial, usando menos produtos químicos e protegendo a natureza, através de técnicas como controle natural de pragas, adubos orgânicos e mudança de culturas, preservando os solos, a flora e a fauna local, e também reduz a poluição do ar e das águas. Desta forma, podemos enxergar um fortalecimento das comunidades rurais e da cultura local. Os agricultores familiares também se organizam em grupos e cooperativas, a fim de facilitar a venda dos produtos e o acesso a crédito. Portanto, é importante que o governo apoie os agricultores familiares com políticas e investimentos, para que eles possam continuar produzindo alimentos bons e ajudando a construir um país mais justo e sustentável.

A exploração latifundiária se reflete ao interior de São Paulo, uma vez que quando grandes áreas de terra ficam em poder de poucos, diminuindo a produção local e a geração de renda através da prática da agricultura familiar, além do fato que de a produção em larga escala e ininterrupta de um mesmo produto, como cana-de-açúcar ou soja (culturas amplamente difundidas no interior do Estado de São Paulo) gera impactos negativos para a sociedade e o meio ambiente, causando desperdício de recursos naturais, como solo, água e energia. Isso acontece porque as grandes propriedades não são utilizadas de forma eficiente, desperdiçando os recursos disponíveis e dependendo do uso em larga escala de agrotóxicos e desmatamento, levando a perda da diversidade de plantas e animais e impactando diretamente nas mudanças climáticas.

Além disso, a exploração latifundiária contribui para a desigualdade social e a pobreza. Muitos agricultores familiares não têm acesso à terra para produzir alimentos e garantir uma vida melhor para suas famílias e então são forçados a deixar o campo e migrar para a cidade em busca de trabalho.

Não há uma resolução para esses problemas que seja imediata ou plenamente eficaz, porém muito se discute sobre a importância da promoção de uma reforma agrária, ou garantindo que mais famílias tenham acesso à terra para cultivar. Além disso, políticas públicas que incentivem a diversificação das culturas, a agricultura sustentável e o desenvolvimento rural seriam essenciais na busca de reduzir as desigualdades sociais, proteger o meio ambiente e construir um campo mais justo e equilibrado para todos.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PARCERIA NECESSÁRIA

A agricultura familiar no Brasil enfrenta muitos desafios que dificultam seu crescimento, como por exemplo a falta de terras próprias para cultivar, a falta de incentivo e acesso a tecnologias modernas essenciais para esse cultivo e, quando conseguem um local, o acesso a essas terras se dá através de estradas mal cuidadas e muitas vezes não dispõem de suprimentos básicos como energia elétrica e saneamento, por não receberem um olhar mais atento dos órgãos que distribuem e regularizam essas terras, tornando mais difícil que obtenham empréstimos bancários ou recebam ajuda profissional para melhorar suas técnicas de cultivo, uma vez que não dispõem de garantias para oferecerem aos grandes bancos que investem no agronegócio, mas não voltam seus olhares aos pequenos

agricultores. Dessa forma quando são acometidos por desafios climáticos, como grandes períodos de secas e enchentes, eles veem perdidas toda a sua plantação/geração de renda, por não terem seguros e outros incentivos fiscais que os ajudariam a se recompor.

No mercado de vendas também competem com grandes produtores, o que os obriga a baixar seus preços e vender seus produtos em feiras e comércios informais.

É importante que haja um movimento urgente no qual o governo e outras instituições ofereçam suporte e soluções para esses desafios, como programas de crédito, orientação técnica e melhor infraestrutura. Dessa forma, as famílias agricultoras poderão enfrentar esses desafios e ter uma agricultura mais sustentável e lucrativa.

Até o ano de 2000 a visão da agricultura familiar no Brasil era superficial. Até aquele momento, acreditava-se que a produção do cultivo familiar era de pequena escala, vista principalmente como um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam apenas os excedentes nos mercados locais (GUANZIROLLI, 2012).

Ao sair um estudo realizado pelo convênio FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em conjunto com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), chamado: “Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto”, revelou-se uma agricultura familiar muito mais participativa e robusta do que até então se acreditava. Uma participação relevante do ponto de vista econômico e social.

Analisando legalmente (Lei n. 11.326 de 2006), a agricultura familiar é delimitada pelo produtor que pratica atividades no meio e que se enquadra nos seguintes requisitos:

I – Não possuir área rural maior que quatro módulos fiscais (unidade relativa de área, expressa em hectares que varia de acordo com cada município, resguardada pela Lei n. 6.746);

II- Utilizar predominantemente mão de obra familiar nas atividades rurais;

III- A renda familiar deve ser oriunda, predominantemente, das atividades vinculadas à agricultura;

e IV- o cultivo ser dirigido pelo agricultor(a) com sua família.

As delimitações elencadas pela Lei citada acima, foram criadas visando fomentar políticas públicas de crédito destinadas exclusivamente a este setor, no que tange a sustentabilidade e continuidade do programa de reforma agrária, expandindo assentamentos rurais que contribuem para a geração de emprego e renda no campo e, conseqüente, diminuição do êxodo rural.

Os agricultores familiares possuem uma relação singular com a terra, que é seu local de trabalho e moradia, e, esse tem sido um dos motivos que os levam a buscarem novas formas de produção que não agridam e nem destruam a natureza, valorizando o trabalho humano e contribuindo para o bem-estar das populações do campo e das cidades (WANDERLEY, 2009).

Segundo dados divulgados pela FAO (2018), cerca de 80% dos alimentos produzidos e consumidos no Brasil provém de agricultura familiar, onde sugere-se que o restante da produção agrícola seja proveniente das monoculturas de exportação. A agricultura familiar atua como um mecanismo de controle dos preços internos dos alimentos consumidos no país e promovem o abastecimento do mercado interno, como uma forma relevante de ocupação da população na geração de emprego.

Assim a agricultura familiar tem uma forte característica de manutenção das práticas de campesinato, colaborando para fixação do homem no campo e se apresentando com grande potencial de valor econômico que ainda precisa ser observada com cuidado no vasto universo que compõe as práticas de comércio dentro de um mundo globalizado. A implementação de políticas públicas que viabilizem ou desenvolvimento e ampliação do cultivo familiar é imprescindível para o mercado interno brasileiro e para o abastecimento da população.

Ao se analisar as políticas públicas realizadas no Brasil, especialmente as políticas agrícolas voltadas à agricultura familiar, conclui-se que essa categoria começou a ser lembrada em 1994 a partir da criação do Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). Apesar dos resultados bastante modestos em termos de fortalecimento e distribuição de crédito aos agricultores familiares, o Provap teve sua importância por permitir a diferenciação dos créditos por categorias de agricultores (MATTEI, 2005, apud Esquerdo e Bergamasco, 2015, p 4-5).

Embora seja uma prática existente desde os processos de colonização do Brasil, a agricultura familiar foi alvo de políticas públicas efetivas a partir dos anos de 1990, e isso ocorre atrelado a demandas sociais vinculadas ao momento histórico de nosso país. Em 1994 foi criado o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), com objetivo de atender demandas de crédito da agricultura familiar, provocando a reclassificação desse grupo, que agora não mais era visto como mini produtor rural, facilitando assim o acesso desse grupo às fontes de crédito Estatais (Esquerdo e Bergamasco, 2015). Esse processo foi atualizado posteriormente (1996), dando lugar ao PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura.

O Pronaf foi fruto da organização e reivindicação dos trabalhadores rurais, que, no final da década de 1980, faziam diversas pressões sobre o Estado. Foi formulado baseado nos estudos realizados pela FAO/Incra (1994 e 2000), que definem conceitualmente a agricultura familiar e estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam orientar a formulação de políticas públicas apropriadas às particularidades dos distintos tipos de agricultores familiares ..Quando da sua criação, o Pronaf contava apenas com ações relacionadas ao crédito de custeio, sendo que a ampliação do programa para as linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ocorreu a partir de 1997, quando o programa passou a operar de forma integrada em todo território nacional. (Esquerdo e Bergamasco, 2015, p 5).

Como fica evidenciado na citação acima, o PRONAF se apresenta como uma política de Estado orientado para atender como fonte de subsídio em forma de crédito, com inclusão econômica, social e política ao grupo caracterizado como agricultura familiar. O crédito fornecido pelo Pronaf serviu como um estímulo para a permanência do agricultor familiar no campo, facilitando o acesso ao financiamento para custeio da safra, auxiliando na compra de maquinário e equipamentos necessários para o plantio. Dessa maneira, o agricultor familiar assegurou o pagamento do seu financiamento por meio da renda obtida de sua própria produção (TROIAN, A. et al., 2019).

No período de 1996 a 1999 ocorreram reduções progressivas nas taxas de juros vinculadas ao financiamento. De 1999 a 2008 as mudanças ocorridas foram a respeito dos grupos de agricultores inseridos, visando delimitar o crédito financiado a partir da renda e condição socioeconômica de cada grupo (TROIAN, A. et al., 2019). Assim, a divisão foi feita em 4 grupos: grupos A, B, C e D, em 1999. Os produtores familiares pertencentes ao grupo A são os assentados da reforma agrária que com a extinção do Procefa, passaram a ser atendidos pelo Pronaf. O grupo B se caracteriza pelos agricultores com renda bruta familiar anual de até R\$ 1.500,00. Grupo C agricultores familiares e trabalhadores rurais que obtêm renda bruta anual familiar de R\$ 1.500,00 até R\$ 8.000,00. Grupo D: produtores rurais que obtêm renda bruta anual familiar de R\$ 8.000,00 até R\$ 27.500 (TROIAN, A. et al., 2019).

Atualmente os valores de delimitação são outros e desde a criação do Pronaf, ele vem progredindo e constituindo-se como a principal política pública de auxílio à agricultura e produção familiar rural, desenvolvendo linhas de crédito, ampliando o número de agricultores beneficiários e fomentando a institucionalização de programas de garantia (TROIAN, A. et al., 2019). Ademais, o Pronaf, como toda política pública de assistência, apresenta e se caracteriza por suas ambiguidades e complexidades.

Ao longo do tempo outros programas de incentivo à agricultura familiar foram implementados, na tentativa de gerar uma rede de apoio a esse setor, como o PAA –

Programa de Aquisição de Alimentos – cuja vinculação com uma visão social da prática de agricultura familiar se destaca nas palavras dos autores abaixo:

O PAA insere-se no contexto de política pública voltada à agricultura familiar com ênfase na segurança alimentar e nutricional. Assim, o PAA é o resultado da negociação de ideias e de interesses no fórum de comunidades de política pública, tornando-se o primeiro programa de política nacional para a agricultura familiar que se articula com a política de segurança alimentar e nutricional...O PAA foi implantado objetivando o incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar, o incentivo à comercialização desses produtos e a contribuição para que pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional pudessem ter acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade. Ou seja, o PAA alia a política agrícola, enfocando a questão da comercialização, à segurança alimentar e nutricional da população. Tem também o objetivo de contribuir para a formação de estoques estratégicos e, com isso, permitir aos agricultores familiares armazenarem seus produtos para que esses possam ser comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo. (Idem, p 6-7 grifo nosso).

A vinculação da agricultura familiar com a importância econômica e social é de suma importância para a instituição de políticas públicas, o que implica em dizer que, apesar de existir algumas políticas de Estado que contemplem o produtor rural, ainda é necessário disseminar informação de qualidade sobre a agricultura familiar, sendo ela um fator de real desenvolvimento e abastecimento do mercado interno do país, e não apenas como uma subárea de cultivo agrário brasileiro.

3. II - AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSIS E REGIÃO: REALIDADE E POSSIBILIDADES

O município de Assis está situado na região oeste paulista, há 434 km de distância da capital estadual, fazendo divisa com os municípios de Echaporã, Lutécia, Paraguaçu Paulista, Platina, Maracáí, Tarumã e Cândido Mota. O município possui uma superfície de 460,31 Km² (SEADE, 2017), com vegetação de Mata Atlântica e Cerrado.

Segundo as últimas avaliações demográficas realizadas pelo IBGE (IBGE/2020), a cidade de Assis apresentou população estimada em mais de cem mil habitantes. O setor comercial ocupa um importante papel na economia do município e é responsável pela maior parte do PIB, enquanto o setor industrial ocupa o segundo lugar. Não há dados atualizados a respeito da participação da agricultura, ainda mais a agricultura familiar, dentro da dinâmica econômica da cidade de Assis.

Há importantes registros históricos que fornecem informações sobre as ocupações e atividades econômicas desenvolvidas no território do oeste paulista, incluindo a área correspondente ao território de Assis. Vale destacar que antes da consolidação de qualquer empreendimento econômico, esses territórios eram ocupados por povos indígenas, principalmente os Xavante e Caiuá. A partir da expulsão dos nativos indígenas dessas regiões, foram realizadas atividades de plantio, especialmente roças de fumo e milho. A partir de registros históricos datados de 1904, encontramos: Pequenas variações na vegetação, na altitude, na geologia e no clima vão pouco a pouco caracterizando cada espaço mínimo desse grande território. As áreas propícias à agricultura são avidamente conquistadas. Elas se caracterizam pela formação geológica predominantemente basáltica de coloração vermelho amarronzado (a terra roxa). Nessas áreas vão se estruturar, economicamente, potências regionais como Londrina, no norte do Paraná, e pequenas áreas isoladas no oeste paulista, tais como Assis e Ourinhos.

O município de Assis alcançou sua emancipação de Campos Novos do Paranapanema na década de 1910. O nome “Assis” da cidade foi em referência ao Capitão Francisco de Assis, um pioneiro na exploração das terras locais durante os primórdios de sua urbanização. A atividade agrária sempre esteve atrelada ao desenvolvimento do município, passando por diversas transformações, em diferentes períodos históricos.

(BERTAZI, 2014) O trabalho intitulado “A agroindústria e o espaço urbano de Assis”, (CAMPOS JUNIOR, 1992) evidencia que a cidade de Assis apresentou uma significativa transformação, tanto no setor rural quanto urbano, a partir da expansão do cultivo de cana-de-açúcar em seu território. As alterações no cenário rural e econômico de Assis ocorrem principalmente a partir dos anos 1940, em que a produção de cana-de-açúcar passa a ter destaque econômico cada vez maior. No final dos anos 60, a Usina Nova América, grande produtora de cana-de-açúcar, impõe uma nova configuração no cenário agrário de toda a região. Os trabalhadores rurais que antes desempenham atividades rurais diversas, são incorporados pela Usina Nova América no corte de cana. Ao mesmo tempo, o avanço do monocultivo da cana-de-açúcar no município de Assis, reverberou em um fenômeno chamado de “inchaço urbano”: Diversas famílias saem da região rural vão para a região urbanizada da cidade de Assis. O autor Bertazi (2014), destaca:

No caso de Assis, a Vila Prudência recebeu grande parte desse proletariado rural, funcionando como uma vila reserva de mão de obra para a Usina Nova América, instalada nas proximidades. Nota-se o recorrente processo de favelização de vilas como esta, com pouco acesso à infraestrutura básica.

Através de entrevistas realizadas no estudo de Campos Junior (1992), moradores evidenciaram de forma saudosa os tempos em que, apesar das dificuldades, desfrutavam de maior liberdade e realizavam o cultivo de gêneros alimentícios e criação de animais. Ao tratar do trabalho realizado por Campos Junior (1992), Bertzazi (2014), coloca:

Quando chegaram à cidade, tudo tinha de ser comprado. Esta é a constatação inequívoca das entrevistas: a visualização de que, na cidade, eles não eram mais donos de sua subsistência, de sua reprodução social. De seu próprio modo de vivenciar o mundo. Tratava-se de uma nova relação com a terra, uma nova configuração do espaço. Os entrevistados ressentiam-se do limitado espaço de suas casas, onde não era mais possível criar “duas ou três galinhas, ou um porquinho”. (p.64)

Na mesma linha, o autor Colosso, coloca: A expulsão de milhares de trabalhadores rurais do campo, que obrigatoriamente se fixaram na cidade, não significou apenas uma mudança de espaço físico. Muito mais que isso, o bóia-fria foi despojado da sua cotidianidade, daquilo que havia criado, acompanhando o tempo natural da plantação, da colheita, da chuva, da estiagem, e que lhe fazia sentido. Encerrou-se o “tempo da fartura”. Definitivamente não houve mais espaço nem meios para, “como naquele tempo”, criar galinhas, engordar uns porquinhos, fazer uma horta, plantar feijão, milho e não pagar luz, água ou aluguel. (COLOSSO, 1990, p. 77)

Segundo o autor podemos concluir que a agricultura ajudou no crescimento econômico da cidade, mas o avanço desse setor teve impactos significativos na vida das pessoas. Não se restringiu apenas ao aspecto físico da realocação geográfica, a mudança para o ambiente urbano rompeu a relação delas com a terra e sua forma tradicional de subsistência, substituindo-a por empregos temporários em atividades agrícolas intensivas. É essencial proteger as tradições locais, valorizar a agricultura familiar e buscar equilíbrio entre o crescimento econômico e o bem-estar das comunidades. Medidas como diversificação econômica, empregos estáveis e respeito à identidade cultural podem promover uma transição mais suave e sustentável em situações semelhantes.

Com esse recorte é possível enxergar a importância da atividade agrícola para o crescimento econômico da cidade de Assis, auxiliando no desenvolvimento socioeconômico e geração de renda para os habitantes e receita para o município.

O cultivo de multiculturas, como milho, soja, café, cana-de-açúcar e laranja movimentam o comércio da região e os índices de vendas nacionais e para exportação, assim como geração direta e indireta de empregos, devido a necessidade muitos trabalhadores nas

etapas da produção agrícola, como plantar, colher, processar e vender. Esses cultivos também atraem grandes indústrias e empresas, como usinas de açúcar e álcool, por exemplo.

No âmbito do turismo, a cidade de Assis ganha destaque por suas tradicionais feiras e festas, como a Feira Industrial e Agropecuária de Assis e Região (FICAR), bem como pelo turismo rural, hotelaria, alimentação e artesanato. No entanto, apesar desse crescimento constante, observa-se que a agricultura familiar ainda não exerce um papel relevante nesse cenário. Contudo, a agricultura familiar busca fortalecer-se por meio de iniciativas locais, como a Associação dos Produtores Orgânicos de Assis e Região (APROA), uma entidade civil sem fins lucrativos, se destaca por impulsionar a sustentabilidade na região de Assis, com foco especial na distribuição de alimentos saudáveis e na comercialização conjunta de produtos agroecológicos/orgânicos. Sua trajetória teve início antes mesmo da formalização, com a conexão de produtores e simpatizantes da produção de alimentos saudáveis durante o curso de Olericultura Orgânica promovido pelo Senar/SP em 2018. Por meio de atividades como reuniões, mutirões e oficinas, além de visitas a todas as propriedades dos associados, percebeu-se a importância de uma organização sólida, culminando na formalização da associação em 28 de janeiro de 2021.

A APROA conta com importantes parcerias, como o SENAR e o SEBRAE, oferecendo cursos abrangentes sobre temas diversos, desde Olericultura Orgânica até Comercialização e Manejo de Pragas. Essas capacitações têm como propósito enriquecer o conhecimento dos produtores rurais e associados, possibilitando aprimoramento profissional e adoção de práticas agrícolas sustentáveis e ecologicamente conscientes. Atualmente, são em trinta e sete associados, incluindo produtores e colaboradores, dos quais vinte e dois atuam como produtores rurais, periurbanos.

Durante o período desafiador da pandemia Covid-19, a APROA demonstrou resiliência ao realizar uma importante alteração em suas operações. Implementou o modelo de vendas coletivas delivery de cestas agroecológicas para se manter ativa no mercado e continuar proporcionando aos seus associados um método para a venda e comercialização de suas produções, essa medida encontrada para se adaptar às circunstâncias adversas permitiu a conexão com seus clientes, mesmo durante o período de distanciamento social, e posteriormente retomou ao seu formato presencial.

Conforme citado pela APROA (*Associação dos Produtores Orgânicos de Assis e Região*) em seu relatório de atividades de 2019. É notório o comprometimento que a associação vem buscando, tendo em vista, por soluções inovadoras e sustentáveis para o desenvolvimento

do município. Ressaltando como prova disso, o projeto “Saúde e Sustentabilidade”, idealizado pela mesma em 2019, visando à implementação da política agroecológica no município. Segundo a associação, esse projeto surgiu como a proposta de incentivo da Bancada Ativista, que propôs emendas parlamentares, para incentivar a transição agroecológica no município. Movimentando recursos significativos, onde foram alocados, R\$100.000,00 destinados à compra de equipamentos e R\$107.000,00 destinados à aquisição de produtos agroecológicos. Tais produtos destinados a serem distribuídos aos pacientes da saúde local, promovendo uma oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis para a comunidade.

Outro momento significativo para APROA, foi a sua adesão ao Protocolo da Transição Agroecológica, evidenciando o reconhecimento de suas práticas agrícolas mais respeitadas com o meio ambiente e em harmonia com os princípios da agroecologia. Essas iniciativas refletem a capacidade estratégica e visão empreendedora da mesma, que busca promover o desenvolvimento socioeconômico da região de Assis, priorizando a sustentabilidade ambiental e reforçando a importância da gestão consciente e sustentável na oferta de alimentos saudáveis para a comunidade local.

Além de contribuir para o desenvolvimento tanto profissional quanto pessoal dos pequenos produtores rurais que a integram, esses esforços reforçam o papel fundamental que a agricultura familiar desempenha no contexto atual.

Uma outra parceria valiosa para a APROA foi estabelecida com as produtoras e produtores do Assentamento rural de João Ramalho/SP, que são membros da Rede Trem Bão, fundada em 2014. A Rede Trem Bão é uma cooperativa de produtos em transição agroecológica, com reconhecimento como Empreendimento de Economia Solidária (EES), atuando por meio do cooperativismo e da autogestão, obtendo seus recursos a partir da Agricultura Familiar dos produtores. Essa colaboração fortalece as ações da APROA na promoção de práticas sustentáveis e na comercialização conjunta de produtos agroecológicos, impulsionando o desenvolvimento da agricultura familiar na região.

Atualmente, a Associação dos Produtores Orgânicos de Assis e Região (APROA) enfrenta uma série de desafios abrangentes, que demandam atenção e estratégias eficientes. Dentre os principais problemas, destaca-se a concorrência acirrada com produtos convencionais, que muitas vezes são mais acessíveis em termos de preço, tornando-se um dos principais obstáculos para os produtos orgânicos e agroecológicos. Nesse contexto, é crucial que sejam implementadas políticas que incentivem a produção e o consumo de alimentos orgânicos, ressaltando a conscientização e os benefícios, como a qualidade dos alimentos,

a saúde dos consumidores e o apoio à agricultura familiar, proporcionando condições favoráveis para o crescimento desse mercado. Isso inclui a concessão de incentivos fiscais e financeiros para os produtores, bem como a criação de programas de fomento e capacitação que contribuam para o aprimoramento das práticas agrícolas sustentáveis.

Outro desafio significativo para a APROA é a logística e distribuição dos produtos agroecológicos. Garantir que os alimentos cheguem frescos e de qualidade aos pontos de venda requer uma logística eficiente, especialmente em regiões mais distantes com infraestrutura de transporte e armazenamento limitada. A falta de uma logística adequada pode comprometer a comercialização dos produtos, tornando essencial a busca por soluções efetivas para esse aspecto.

Outro aspecto a ser considerado são as variações sazonais na produção de alimentos agroecológicos, que podem levar a flutuações na oferta ao longo do ano. Lidar com essas variações é um desafio para garantir a comercialização constante dos produtos, o que requer planejamento e estratégias de gestão da produção.

A criação de parcerias entre a APROA e órgãos governamentais também pode ser benéfica para superar os desafios relacionados aos canais de venda. A promoção de feiras e eventos que valorizem os alimentos orgânicos, bem como a inclusão desses produtos em programas de alimentação escolar e de assistência social, são estratégias que podem ser adotadas em conjunto, visando ampliar a visibilidade e o acesso aos produtos da associação.

Por fim, é relevante enfatizar que políticas públicas voltadas para a valorização da agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental são fundamentais para o fortalecimento da APROA e seu papel como referência no setor. O apoio do poder público nessa jornada contribuirá significativamente para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região de Assis, promovendo assim uma alimentação mais saudável e a preservação do meio ambiente. A atuação conjunta entre a APROA e o poder público será essencial para enfrentar esses desafios de forma assertiva e consolidar o papel da associação na promoção de uma agricultura mais sustentável e consciente.

3.1 ORGANIZAÇÃO ATUAL DE ASSIS COM RELAÇÃO AO SETOR RURAL

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – SEAMA; é responsável pela gestão das questões agrícolas e ambientais em Assis, surgindo em 2017 após a fusão de duas secretarias municipais. O setor agrícola enfrenta desafios devido à falta de um corpo técnico

capacitado para atender os pequenos produtores rurais, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural está inativo, prejudicando a formulação de políticas agrícolas locais. Por outro lado, o setor ambiental municipal concentra seus esforços principalmente na resolução de problemas urbanos, especialmente na gestão de resíduos de todas as formas. Isso inclui atividades como coleta e destinação adequada, além da fiscalização para garantir que a gestão e destinação final dos resíduos sejam ambientalmente adequadas.

A Agência Paulista de Tecnologia para Agronegócios – APTA, é um órgão unido à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, onde desempenha um papel de extrema relevância no gerenciamento de manejo de solo na área rural. Seu principal propósito é prestar apoio e conduzir pesquisas com o objetivo de aprimorar as práticas agrícolas em todo o território paulista. Dentre suas responsabilidades, destaca-se a realização de estudos e orientações direcionadas ao uso adequado do solo, com o intuito de melhorar a produtividade e reduzir o consumo de insumos agrícolas, como agrotóxicos, adubos e água.

O Escritório de Defesa Agropecuária – EDA, vinculado à Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, sua principal missão consiste em exercer controle e monitoramento rigorosos sobre a preservação, na utilização do solo agrícola e conservação. Ele desempenha um papel fundamental na proteção contra os impactos negativos das atividades humanas que possam degradar o solo e afetar os recursos hídricos da região. A preocupação central do escritório é evitar processos erosivos e o assoreamento dos corpos hídricos, visando garantir a sustentabilidade do solo agrícola e a preservação da qualidade dos recursos hídricos essenciais para o setor agropecuário.

Coordenadoria de Assistência – CATI, Técnica Integral, surgiu em 1967, conectada à Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, consiste em exercer controle e monitoramento rigorosos sobre a preservação, uso e conservação do solo agrícola. Essa responsabilidade é essencial para proteger o solo contra os impactos causados pelas atividades humanas, visando evitar sua degradação e sedimentação.

Nesse contexto, o escritório assume um papel de destaque na preservação dos recursos hídricos na região. A prevenção de processos erosivos e o assoreamento dos corpos hídricos são preocupações primordiais, uma vez que a qualidade dos recursos hídricos é crucial para o bem-estar e a prosperidade do setor agropecuário.

Exerce a coordenação e execução de serviços que fornecem assistência técnica e extensão rural para pequenos e médios produtores rurais, com foco nas atividades de produção animal e vegetal, conservação do solo e da água, além da produção de sementes e mudas. No que diz respeito à gestão dos recursos hídricos, apresenta o Programa "Microbacias" como uma ferramenta essencial para a correta gestão do solo, visando a preservação ambiental. O programa promove a implantação e recuperação de estradas rurais, contribuindo para reduzir a sedimentação e a perda de solo agrícola, conseqüentemente, diminuindo o assoreamento dos corpos hídricos nas regiões em que atua.

A UNESP - Universidade Estadual Paulista possui diversos projetos de extensão voltados para questões ambientais locais no município de Assis. Em colaboração com os Departamentos de Ciências Biológicas e Biotecnologia, foram realizados projetos como a identificação das árvores do Parque João Domingos Coelho - conhecido como "Buracão" -, a implantação de biodigestor anaeróbico e a identificação de espécies arbóreas na área urbana através de amostragem. Essas ações foram viabilizadas graças à parceria entre a SEAMA e a UNESP.

CONCLUSÃO

Considerando o exposto, podemos concluir que a agricultura desempenha um papel fundamental no crescimento econômico da cidade de Assis. Os cultivos variados, como milho, soja, café, cana-de-açúcar e laranja, impulsionam o comércio local e geram empregos diretos e indiretos em todas as etapas da produção agrícola. Além disso, a presença de grandes indústrias, como as usinas de açúcar e álcool, contribui para o desenvolvimento econômico da região.

No entanto, apesar desse crescimento, a agricultura familiar ainda não tem um papel relevante na economia de Assis. Há iniciativas, como a Associação dos Produtores Orgânicos de Assis e Região (APROA), que buscam fortalecer a agricultura familiar e promover a transição para práticas agroecológicas. No entanto, é necessário um maior apoio e incentivo por parte das autoridades locais e da sociedade em geral para impulsionar e valorizar a agricultura familiar na região.

É importante destacar que a agricultura familiar tem um potencial significativo para contribuir com a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e a preservação do meio ambiente. Portanto, é fundamental promover políticas públicas e investimentos que fortaleçam e valorizem a agricultura familiar, incentivando a produção de alimentos saudáveis, a geração de renda e a sustentabilidade na região de Assis e em todo o país.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- ANTUNES, Cleber do Carmo. **Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade. Anais do XI Congresso Brasileiro de Contabilidade. CFC œ Goiânia, 2000.**
- APROA associação dos produtores orgânicos de Assis e região. Aproa, 26 de abril 2023, Assis.** Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/organizacao/aproa-associacao-dos-produtores-organicos-de-assis-e-regiao/> Acesso em: 10.out.2023.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BACHA, C.J.C. (2012) - **Economia e política agrícola no Brasil**. 2 ed. São Paulo, Atlas, 226 p.
- BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- BERTAZI, Marcio Henrique. **Uma história movida a álcool: impactos ambientais no contexto canavieiro paulista (1975 a 2003)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Assis, Assis-SP, 2014.
- BUAINAIN, A. M. et al. **Peculiaridades Regionais da Agricultura Familiar Brasileira**. In: SOUZA FILHO, H. M.; CONCEIÇÃO, J.C.P. e Conceição, P.H.Z. da (2014) - **Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira**. Texto para discussão. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília,
- CAMPOS JUNIOR, Luis de Castro. **A agroindústria e o espaço urbano de Assis, Vila Prudenciana (1970- 1991)** 296f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Assis, Assis-SP, 1992.
- COLOSSO, Leonardo. **Bóia-fria da Silva**. 123f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, AssisSP, 1990.
- DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.
- EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** São Paulo: USP, 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de PósGraduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-25112011091132/pt-br>>. Acesso em: 10/10/2020.
- ELKINGTON, John. **A teoria dos três pilares**. Tradução de Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: MARKRON Books, 2001.

FAOSTAT database (2014). Disponível em <<<http://faostat.fao.org>>>. Acesso em:23.jun.2023.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

GIORDANO, S. R. **Gestão Ambiental no Sistema Agroindustrial**. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. 1. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 255-281.

GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor**. São Paulo: Ática, 2007.

LIMA, A. F., et al. **Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura**. Revista Retratos de Assentamentos, Vol. 22 N.1 de 2019.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JR., J. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson, 2007.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

OLIVEIRA JÚNIOR. P. H. B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PIB do Agronegócio – São Paulo. Cepea, 2020 Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/PIB_Agro_SP_2020.pdf>. Acesso em:12.fev.2022.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850 a 1912**. 1992. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. 1992.

REVISTA AGRO&NEGÓCIOS. **Sustentabilidade a Onda Verde do Agro**. Ed. nº 4. 2018. Disponível em < https://issuu.com/revistaagronegocios1/docs/_4_agro_negocios_app>. Acesso em 15.out.2020.

RIBEIRO, M de S. MARTINS, E. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, Boletim 415, 1998.

SATTERTHWAITE, David. **Como as cidades podem contribuir para o Desenvolvimento Sustentável**. In: MENEGAT, Rualdo e ALMEIDA, Gerson (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades, Estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS Editora, pp. 129-167, 2004.

SILVA, Christian Luiz da (org.). **Desenvolvimento sustentável – Um modelo analítico, integrado e adaptativo**, Vozes, Petrópolis, 2006.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: Estratégias de Negócios Focadas para a Realidade Brasileira**. 2º Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2004.

TEIXEIRA, Luciano Guerra de Almeida. **A Contabilidade Ambiental: a busca do eco eficiência**. Anais do XI Congresso Brasileiro de Contabilidade. CFC œ Goiânia, 2000.

TINOCO, Y.E.P; KRAEMER, M.E.P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TROIAN, A. et al. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil Análise da Evolução e Distribuição Entre 1999 e 2017**. Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, n. 50, 2019.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º, 1996, Caxambu/MG. Anais. Caxambu/ MG. 1996.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. 1. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 255-281.